

Vila Alagoas II
Empreendimentos e
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e Diretores da
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A. "Companhia", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivos	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	505	5.244	Fornecedores	11	487	15.011
Contas a receber	6	157	-	Financiamentos	12	-	23.649
Imposto de renda a recuperar	7.a	60	-	Obrigações tributárias		11	7
Tributos a recuperar	7.b	630	-	Obrigações sociais e trabalhistas		52	13
Derivativos a receber	21.a	-	13.959	Arrendamento	9	1	-
Despesas pagas antecipadamente	8	111	47				
Total do ativo circulante		1.463	19.250	Total do passivo circulante		551	38.680
Despesas pagas antecipadamente	8	223	-	Financiamentos	12	55.790	-
Direito de uso	9	1.614	1.215	Provisão para desmobilização	13	488	-
Imobilizado	10	109.630	29.486	Arrendamentos	9	1.168	1.215
Total do ativo não circulante		111.467	30.701	Total do passivo não circulante		57.446	1.215
				Patrimônio líquido	15		
				Capital social		56.353	10.224
				Prejuízos acumulados		(1.420)	(168)
				Total do patrimônio líquido		54.933	10.056
Total do ativo		112.930	49.951	Total do passivo e patrimônio líquido		112.930	49.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita Operacional Líquida	16	143	-
Custos de operação	17	(852)	-
Lucro bruto		(709)	
Despesas gerais e administrativas	18	(126)	(190)
Resultado antes das receitas e (despesas) financeiras líquidas e impostos		(835)	(190)
Receitas financeiras	19	264	31
Despesas financeiras	19	(681)	(8)
Receitas financeiras		(417)	23
Resultado antes dos tributos		(1.252)	(167)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	-	-
Prejuízo do exercício		(1.252)	(167)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	<u>(1.252)</u>	<u>(167)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultados abrangentes do exercício	<u><u>(1.252)</u></u>	<u><u>(167)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital subscrito	Capital a integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)	4.916	(12)	(1)	4.903
Subscrição de capital	39.370	(39.370)	-	-
Integralização de capital	-	5.320	-	5.320
Prejuízo do exercício	-	-	(167)	(167)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	44.286	(34.062)	(168)	10.056
Integralização de capital	-	34.062	-	34.062
Subscrição e integralização de capital	12.067	-	-	12.067
Prejuízo do exercício	-	-	(1.252)	(1.252)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	56.353	-	(1.420)	54.933

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício		(1.252)	(167)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Juros sobre financiamento	12	645	(295)
Depreciação e amortização	10	305	-
Juros incorridos sobre arrendamento	9	10	-
Amortização de direitos de uso	9	2	-
		(290)	(462)
Variações em:			
Impostos de renda e contribuição social	7.a	(60)	-
Impostos a recuperar	7.b	(630)	-
Contas a receber partes relacionadas		-	26
Despesas pagas antecipadamente	8	(286)	(47)
Contas a receber	6	(157)	-
Obrigações sociais		38	13
Fornecedores	11	(565)	904
Obrigações tributárias		4	1
		(1.946)	435
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais			
Pagamento de juros sobre financiamentos	12	(1.140)	-
		(3.086)	435
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais			
Aquisição ao ativo imobilizado	10	(76.457)	(23.972)
		(76.457)	(23.972)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	12	(24.000)	-
Captção de financiamentos	12	53.017	24.000
Custo de captação de financiamentos	12	(265)	(659)
Pagamento de arrendamentos	9	(77)	-
Integralização de capital	15.a	46.129	5.320
		74.804	28.661
(Redução) / Aumento no caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	5.244	120
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	505	5.244
		(4.739)	5.124
(Redução) / Aumento no caixa e equivalentes de caixa			
		(4.739)	5.124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

A Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A. “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 03 de julho de 2019, estabelecida na Vila Alagoas, S/N – Lote 02A, Zona Rural, município de Serra do Mel do estado do Rio Grande do Norte. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento EOL Vila Alagoas III, incluindo a implantação e a montagem, bem como a comercialização de energia.

A Companhia possui uma central geradora de energia eólica situada no município de Serra do Mel, no Estado do Rio Grande do Norte, constituída de 5 unidades geradoras de 4,2MW médios, totalizando 21,0MW médios de capacidade instalada, entrando em operação no mês de dezembro de 2021.

1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Projeto Eólico	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW Médio)	Garantia Física (MW médio)
EOL Vila Alagoas II	8620/2020	12/03/2020	35 anos	21,0	10,90

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía os seguintes contratos de compra e venda de energia de longo prazo, com vencimento em 2031:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada	Índice de reajuste	Mês de reajuste
EOL Vila Alagoas II	ACL(*)	Variável (**)	IPCA	Janeiro

(*) Ambiente de contratação livre.

(**) A Companhia possui 85% de suas receitas contratadas em face da garantia física a partir da entrada em operação no ano de 2021.

1.3 Pandemia da COVID-19

a. Contexto Geral

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A portaria 188 de 03 de fevereiro de 2020 assinada pelo Ministro da Saúde, declara Estado de Emergência Pública e o Congresso Nacional aprovou em caráter de urgência um projeto de Lei com medidas contra o Covid-19, promulgando o isolamento e separação de pessoas doentes ou contaminadas, quarentena, restrição de atividades, realização de exames médicos e vacinação, restrição de entrada e saída no país entre outras.

Diante ao exposto a Administração implementou o sistema de trabalho home office para todos os colaboradores das áreas corporativas, e, também remanejou todas as reuniões presenciais para online, proibindo a realização de viagens internacionais e restringindo as nacionais, autorizando-as somente em caso de extrema necessidade.

No projeto em construção foram implementadas uma série de ações educativas para os trabalhadores sobre tema de prevenção do COVID-19. Todos os colaboradores e terceiros foram orientados a reportar quaisquer casos suspeitos e a Companhia faz o monitoramento constante da situação. Em caso de suspeita de contaminação, a pessoa e todos que tiveram contato com ela, são colocados em quarentena imediatamente. Também foi montado um plano de contingência para que Plantas e Centro de Operações não corram o risco de não operação em casos de contaminação, que consiste principalmente em realocação de profissionais já qualificados nas funções entre diferentes regiões do país, caso seja necessário.

b. Impacto nas demonstrações financeiras

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, foi possível identificar os impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores, e até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não houve impacto significativo em seus negócios, e também não são esperados impactos relevantes nas operações futuras decorrente da pandemia, dado as características do setor em que a Companhia atua. A seguir está elencada a principal conta acompanhada pela Companhia.

c. Receita e contas a receber

As receitas da Companhia estão atreladas aos contratos de longo prazo para venda de energia nos ambiente livre, os contratos no setor de energia tem por característica mecanismos que agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Não foram identificadas perdas de contratos com clientes após o início da pandemia.

Pela característica dos contratos de venda, não foram observados aumentos nos níveis de inadimplência ou riscos de não liquidação do contas a receber da Companhia, portanto não houve necessidade de complemento da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa para o período decorrente da pandemia da COVID-19.

2 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2022. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras que são mensurados a valor justo.
- Instrumentos financeiros derivativos.
- Fornecedores - Compromisso firme.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva. Durante o ano de 2021, não foram identificados ajustes provenientes das revisões das estimativas contábeis utilizadas pela Companhia.

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Direito de uso e arrendamentos (nota explicativa nº 9) – principais premissas em relação a definição da taxa implícita nos contratos de arrendamento
- Imobilizado (nota explicativa nº 10) – principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisão para custos de desmobilização de ativos (nota explicativa nº 13) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e taxa de desconto para o cálculo a valor presente.
- Instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 21.a) – principais premissas na mensuração ao valor justo.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 21.

(i) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“hedge accounting”)

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida do resultado e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

No início de relacionamentos de *hedge* designados, a Companhia documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa e no valor justo do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente, alcançando assim a efetividade de proteção.

Hedges de valor justo

A Companhia adotou o *hedge* de valor justo, para a proteção contra o risco de moeda estrangeira de compromissos firmes atrelados a compra de ativos imobilizados.

Para os derivativos designados como *hedge* de valor justo, as respectivas variações no valor justo dos instrumentos de proteção são reconhecidas no resultado do exercício, sobre a rubrica, “Outras receitas (despesas) operacionais”

Ao aplicar a contabilidade de *hedge* por meio de valor justo para compromissos firmes, além das oscilações no valor justo do instrumento de *hedge*, que são reconhecidas no resultado, a Companhia, reconheceu também em contrapartida ao resultado as alterações no valor justo desses compromissos firmes, em contrapartida a mesma rubrica em que são reconhecidas as oscilações no valor justo dos instrumentos de *hedge*, ou sejam em “Outras receitas (despesas) operacionais”. A aplicação da contabilidade de *hedge* de valor justo acarreta também no reconhecimento das oscilações do valor justo do passivo proveniente do item protegido, onde caso não fosse aplicada a contabilidade de *hedge* de valor justo, tais oscilações no valor justo desses compromissos firmes não seriam reconhecidas por serem tratadas de passivos executórios. Na data de vencimento da designação da contabilidade de *hedge* de valor justo o saldo reconhecido referente ao valor justo do compromisso firme é transferido para o custo do objeto de *hedge*.

A Companhia designa o elemento *spot* do contrato de câmbio a termo como o instrumento de *hedge* do risco cambial, aplicando uma taxa de *hedge* de 1:1. Os elementos futuros dos contratos de câmbio a termo são excluídos da designação de instrumento de *hedge*. A política da

Companhia é que as condições críticas dos contratos de câmbio a termo sejam consistentes com o item protegido.

A Companhia determina a existência de uma relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos vencimentos. A Companhia avalia se há a expectativa de que o derivativo designado em cada relação de *hedge* compense mudanças e se foi eficaz na compensação de mudanças no valor justo do item objeto de *hedge*.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos com juros sobre financiamentos e custos de financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, líquidos do rendimento de aplicação financeira oriunda do financiamento. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação, quando o parque eólico entrar em operação, será calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação será reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL, que na avaliação da Administração representam a vida útil dos bens. Os métodos de depreciação e as vidas úteis serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica – Pás
Unidade de geração eólica – Gerador

15 anos
20 anos

Unidade de geração eólica – Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica – Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

c. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques eólicos encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolver as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A Companhia obteve por meio de estudos especializados efetuados por terceiros, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização, desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceu as respectivas obrigações a valor presente, conforme nota explicativa nº 13. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são:

Desmontagem dos aerogeradores, locação de guias, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para desmontagem e destinação final dos itens descartados. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores existentes no parque eólico, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base no IPCA e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 10,39% a.a

d. Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pela Companhia é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), registrado na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possui características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a

energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas anualmente e quadrienalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

e. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor, por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A Companhia, após avaliação, não identificou ativos financeiros com problemas de recuperação.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (*impairment test*), assim como, nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado.

A Companhia não possuiu ativos com vida útil indefinida, incluindo ágio por rentabilidade futura.

f. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Companhia apura o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Pis e Cofins

O Pis e a Cofins são calculados com base no regime não cumulativo. A alíquota para o Pis é de 1,65% sobre a receita operacional e para a Cofins 7,60%, exceto para as receitas financeiras, onde para o Pis o percentual de incidência é de 0,65% e para a Cofins de 4%.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

h. Juros capitalizados

Os juros de empréstimos e debêntures são reconhecidos no ativo imobilizado da Companhia a medida que estes estejam relacionados intrinsecamente com a construção do parque eólico. O reconhecimento cessa a partir do momento em que os ativos estão aptos a produzir e a disposição da Companhia.

i. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 11,33% a.a.
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes

da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos dos parques eólicos, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente a Companhia irá remensurar os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias, juros sobre arrendamento que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos (a)	<u>505</u>	<u>5.244</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>505</u>	<u>5.244</u>

- (a) Numerários disponíveis, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

6 Contas a receber

	<u>31/12/2021</u>
Transações realizadas no MCP CCEE (a) – (b)	<u>157</u>
Total	<u>157</u>

- (a) Referente ao excedente gerado em relação aos contratos bilaterais, contabilizados no Mercado de Curto Prazo na (CCEE).

- (b) Em 31 de dezembro de 2021, não existem títulos vencidos registrados, todos encontram-se a vencer.

7 Tributos e imposto de renda e contribuição social a recuperar

(a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	<u>31/12/2021</u>
IRRF a compensar	48
IRPJ e CSLL a compensar	<u>12</u>
Total	<u>60</u>

(b) Tributos a recuperar

	<u>31/12/2021</u>
ISS retido	<u>630</u>
Total	<u>630</u>

8 Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Seguros a apropriar	334	47
Total	<u>334</u>	<u>47</u>
Circulante	111	47
Não circulante	223	-

9 Direito de uso e Arrendamentos

A Companhia atua como arrendatária em contratos de terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	<u>2021</u>				
	<u>Valor líquido em 01/01/2021</u>	<u>Adições (*)</u>	<u>Baixa</u>	<u>Amortizações</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2021</u>
Ativo de direito de uso					
Arrendamento parques eólicos	1.215	488	(45)	(44)	1.614
Total do ativo	<u>1.215</u>	<u>488</u>	<u>(45)</u>	<u>(44)</u>	<u>1.614</u>

(*) Referente ao reconhecimento de custos com provisão para desmobilização do parque eólico. Nota explicativa nº 13.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram movimentações de direito de uso, em decorrência do período de carência, na fase pré-operacional conforme acordo contratual.

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo de arrendamento	<u>1.169</u>	<u>1.215</u>
Total	<u>1.169</u>	<u>1.215</u>
Circulante	1	-
Não circulante	1.168	1.215

	2021				Valor líquido em 31/12/2021
	Valor líquido em 01/01/2021	Baixa	Pagamentos	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento					
Arrendamentos parques eólicos	1.215	(45)	(77)	76	1.169
Total	<u>1.215</u>	<u>(45)</u>	<u>(77)</u>	<u>76</u>	<u>1.169</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram movimentações de arrendamento, em decorrência do período de carência na fase pré-operacional conforme acordo contratual.

10 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Vida útil	31/12/2021		31/12/2020	
		Custo	Depreciação	Valor Líquido	Valor Líquido
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	29.486
Máquinas e Equipamentos	15-30 anos	<u>109.935</u>	<u>(305)</u>	<u>109.630</u>	<u>-</u>
Total		<u>109.935</u>	<u>(305)</u>	<u>109.630</u>	<u>29.486</u>

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

	2021					
	Saldo em 31/12/2020	Adição	Juros capitalizados	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em andamento	29.486	76.499	3.950	(109.935)	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	109.935	(305)	109.630
Total	29.486	76.499	3.950	-	(305)	109.630

	2020			
	Saldo em 31/12/2019	Adição	Juros capitalizados (*)	Saldo em 31/12/2020
	(Não auditado)			
Imobilizado em andamento	4.911	24.267	308	29.486
Total	4.911	24.267	308	29.486

(*) A taxa média utilizada foi de 2,05% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Os ativos imobilizados são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa nº 12.

11 Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de materiais e serviços (a)	368	1.052
Compromisso firme (b)	-	13.959
Partes relacionadas (c)	14	-
Provisões diversas	105	-
Total	487	15.011

- (a) Refere-se a obrigações com fornecedores contratados para fornecer materiais e serviços inerentes a construção do parque, onde a Companhia já incorreu em gastos.
- (b) Valor justo das oscilações nos compromissos firmes referente a aquisições de ativo imobilizado, reconhecidos em decorrência da aplicação da contabilidade de *hedge* de valor justo. Conforme detalhado na nota explicativa 21.a.
- (c) Conforme nota explicativa nº 20.

12 Financiamentos

Financiamentos	Taxa de Juros	Vencimento Final	31/12/2021	31/12/2020
Financiamento Itaú	2,05% a.a. + CDI	Ago/2021	-	23.649
Financiamento - Banco do Brasil	0,96% a.a + IPCA	Jul/2040	55.790	-
Total			55.790	23.649
Circulante			-	23.649
Não Circulante			55.790	-

As movimentações dos financiamentos aconteceram da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	23.649	-
Captação de financiamentos	53.017	24.000
Juros incorporados a dívida	3.877	295
Custo de captação	(265)	(659)
Juros pagos	(1.140)	-
Amortização do principal	(24.000)	-
Custo de captação incorrido	652	13
Saldo em 31 de dezembro	55.790	23.649

Abaixo é demonstrado o cronograma de amortização do financiamento:

Vencimento em:	31/12/2021
2023	1.209
2024	2.419
2025	2.419
2026	2.419
2027 a 2040	47.324
Total	55.790

a. Garantias

As garantias dos financiamentos são usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia e outros crédito, incluindo contas reservas, alienação fiduciária de ações, , alienação das máquinas e equipamentos, e garantia fidejussória de Serra do Mel Holding e Echoenergia Participações.

b. Covenants

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, as quais são monitoradas pela Companhia, como segue:

- (a) Manutenção, a partir do período de carência, até o vencimento do contrato, da Conta Reserva do serviço da dívida.
- (b) Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do Banco do Brasil.
- (c) Não realizar, sem prévia e expressa autorização do Banco do Brasil, distribuição de dividendos, redução de capital nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
- (d) Após o período de carência, manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,30.
- (e) Não alterar sem prévia autorização do Banco do Brasil os contratos do projeto e mantê-los vigentes até o final da operação .

O período de carência para as alíneas (a) e (d) é de 12 meses a partir da data de entrada em operação.

13 Provisão para desmobilização

De acordo com a cláusula contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em 2021 o montante provisionado era de R\$ 488 inerentes a custos para a desmontagem do parque com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida

Devido a esta obrigação ser de longo prazo, com vencimento em janeiro de 2066, o valor reconhecido de R\$ 488 em 2021 foi calculado utilizando uma taxa de desconto nominal de 10,39% a.a.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, foi a seguinte:

	Provisão para Desmobilização
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Reconhecimento inicial	488
Saldo em 31 de dezembro de 2021	488

14 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real e em 31/12/2021 e 2020, apresentava prejuízo fiscal. Desta forma não apurou IRPJ e CSLL correntes.

	<u>31/12/2021</u>	
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Apuração do Lucro real		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(1.252)	(1.252)
Líquido das adições das despesas indedutíveis	35	35
Base de cálculo lucro real	(1.217)	(1.217)
Alíquota nominal	25%	9%
Total lucro real (*)	(304)	(110)
Alíquota efetiva	25%	9%
	<u>31/12/2020</u>	
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Apuração do Lucro real		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(139)	(139)
Base de cálculo lucro real	(139)	(139)
Alíquota nominal	25%	9%
Total lucro real (*)	(35)	(13)
Alíquota efetiva	25%	9%

(*) A Companhia não reconheceu ativos fiscais diferidos provenientes de prejuízos fiscais por não ter expectativa de lucros tributáveis, futuros. Adicionalmente para o exercício de 2022, com a entrada em operação a Companhia irá optar pelo regime tributário do lucro presumido.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e autorizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 56.353 (R\$ 44.286 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 12.494.495 (7.050.000 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 56.353 (R\$ 10.224 em 31 de dezembro de 2020).

Durante o exercício de 2021 houve subscrição e integralização de capital social em caixa, de forma concomitante no valor de R\$ 12.067. Adicionalmente, foi integralizado em caixa o montante de R\$34.062, totalizando o montante integralizado no exercício de R\$ 46.129. Em 31 de dezembro de 2020 houve integralização de R\$ 5.320 e subscrição de capital no valor de R\$ 39.370.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição mínima de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável. Entretanto, não houve distribuição de dividendos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 em função dos prejuízos acumulados.

16 Receita operacional líquida

	31/12/2021
Receita bruta de energia elétrica (a)	<u>158</u>
Volume gerado em MWh (b)	2.441
PIS	(3)
COFINS	(12)
Deduções da receita	<u>(15)</u>
Receita Operacional Líquida	<u><u>143</u></u>

(a) Mercado de Curto Prazo – (CCEE).

(b) Refere-se ao mês de entrada em operação, dezembro de 2021.

17 Custos de operação

	<u>31/12/2021</u>
Depreciação (*)	(305)
Amortização direito de uso	(2)
Engenharia e gestão de processos O&M	(48)
Encargos de conexão e transmissão	(385)
Serviços de terceiros	(62)
Seguros	(21)
Outros	<u>(29)</u>
Total	<u><u>(852)</u></u>

(*) Refere-se ao mês de entrada em operação, dezembro de 2021.

18 Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Serviços de terceiros	(106)	(48)
Legais, judiciais e publicações	-	(98)
Taxas e alvarás diversos	<u>(20)</u>	<u>(44)</u>
Total	<u><u>(126)</u></u>	<u><u>(190)</u></u>

19 Receitas e despesas financeiras

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Descontos obtidos	60	-
Rendimentos sobre aplicação financeira	<u>204</u>	<u>31</u>
Receitas financeiras	<u>264</u>	<u>31</u>
Tarifas bancárias	(4)	(2)
Juros sobre financiamentos	(645)	-
Juros sobre arrendamento	(10)	-
Outras despesas financeiras	(11)	(3)
IOF	<u>(11)</u>	<u>(3)</u>
Despesas financeiras	<u>(681)</u>	<u>(8)</u>

20 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Passivo - Compartilhamento de custos (i)	31/12/2021	31/12/2020
Echoenergia Participações – Nota explicativa nº 11	<u>14</u>	<u>-</u>
Total	<u>14</u>	<u>-</u>
Resultado	31/12/2021	31/12/2020
Compartilhamento de custos (i)	2	-
Compartilhamento de despesas (i)	<u>12</u>	<u>-</u>
Total transações no resultado	<u>14</u>	<u>-</u>

(i) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora final Echoenergia Participações S.A. O critério de rateio se dá com base na garantia física homologada pela ANEEL para cada Controlada em face do total de garantia homologada para todo o grupo. O saldo em aberto possui expectativa de liquidação em 2022. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais e advocatícias e seguros.

Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A, através do compartilhamento de despesas.

21 Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia possui um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez da Companhia.

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. Os derivativos são contratados somente com o intuito de proteger o caixa da Companhia para com suas obrigações expostas ao risco cambial.

Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	31/12/2021		31/12/2020	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos	5	505	-	5.244	-
Contas a receber	6	157	-	-	-
Derivativos a receber		-	-	-	13.959
Passivos financeiros					
Fornecedores e compromisso firme	11	487	-	1.052	13.959
Financiamentos	12	55.790	-	23.649	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	Nível (a)	31/12/2021		31/12/2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Bancos e aplicações financeiras	5	Nível 2	505	505	5.244	5.244
Contas a receber	6	Nível 2	157	157	-	-
Derivativos a receber	21.a	Nível 2	-	-	13.959	13.959
Fornecedores	11	Nível 2	487	487	15.011	15.011
Financiamentos	12	Nível 2	55.790	55.790	23.649	23.649
Total			56.939	56.939	57.863	57.863

- (a) A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Derivativos a receber / a pagar

Precificação a termo - O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e ajustado ao valor presente, baseado nas cotações das taxas de câmbio e índices para o cálculo do valor presente, os quais são obtidos junto ao site da B3 em índices referenciais.

Compromisso Firme – Fornecedores indexados à moeda estrangeira

Para o valor justo referente a compromisso firme para aquisição de ativo o imobilizado a precificação ao valor de mercado é feito utilizando-se taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e ajustado ao valor presente, baseado nas cotações das taxas de câmbio e índices para o cálculo do valor presente, os quais são obtidos junto ao site da B3 em índices referenciais.

Aplicações financeiras

O valor justo é determinado com base na aplicação do percentual do índice atrelado ao respectivo ativo financeiro, taxa (DI), considerando o risco de crédito da instituição na qual os recursos estão aplicados.

a. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possuía compromissos firmes com fornecedores referentes à compra de ativo imobilizado atrelados ao euro, os quais se qualificavam para a aplicação da contabilidade de *hedge*. Com o intuito de proteger o caixa e principalmente o valor justo das oscilações da moeda estrangeira, manteve operações com derivativos por meio de *Non-deliverable Forwards* (NDF). Abaixo são demonstradas as respectivas operações com NDFs:

	<i>Risco cambial atrelado ao EUR</i>	
	Até 1 ano em EUR	Até 1 ano em BRL
Compra de ativo imobilizado – Compromisso firme (*) – (**)	8.650	54.198
Contratos futuros utilizados como hedge de valor justo (*) – (**)	(8.650)	(54.198)
Exposição líquida	-	-

(*) Com base no valor justo.

(**) Com o término das obras de construção do parque eólico no terceiro trimestre de 2021, a Companhia para a data de 31 de dezembro de 2021, não mais possuía contratos para aquisição de equipamentos com seu respectivo valor atrelado a moeda estrangeira, bem como derivativos designados como hedge de valor justo com o intuito de proteger o valor dos respectivos equipamentos.

<i>Em EUR</i>	Valor de referência		Vencimento (Mês/Ano)	Valor justo	
	31/12/2020	31/12/2020		31/12/2020	Efeito acumulado a receber (**)
Contrato a Termo – NDF	<i>Em EUR</i>	<i>Em R\$ (*)</i>		<i>Em R\$</i>	<i>Em R\$</i>
Desembolso					
Termo líquido	6.990	44.580	mar/21	11.345	11.345
Termo líquido	332	2.143	set/21	522	522
Termo líquido	1.328	8.548	ago/21	2.092	2.092
	8.650	55.271		13.959	13.959

(*) Com base no valor a termo

(**) Com base no valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os Contratos a Termo – NDF geraram entradas líquidas de caixa no montante de R\$ 15.445, (R\$ 4.408 em 31 de dezembro de 2020).

Abaixo são demonstrados os valores em reais (R\$) de ganho ou perda com derivativos, designados com *hedge* de valor justo durante o exercício de 2021 e 2020, reconhecidos ao resultado

	2021	2021
	Derivativos em EUR (*)	Compromisso firme em EUR (*)
Ganho (a)	15.445	-
(Perda) (b)	-	(15.445)
Resultado líquido com derivativos	15.445	(15.445)
	2020	2020
	Derivativos em EUR (*)	Compromisso firme em EUR (*)
Ganho (a)	18.341	-
(Perda) (b)	-	(18.341)
Resultado líquido com derivativos	18.341	(18.341)

(b) NDFs designadas como *hedge* de valor justo

(c) Compromisso firme para aquisição de ativo imobilizado (*hedge*)

(*) Em BRL

22 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia gerencia o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de Crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e referentes aos Contratos a Termo - (NDF) *Non-deliverable Forwards* foram administrados pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Companhia de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

	Nota	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5	505	5.244
Contas a receber	6	157	-
Derivativos a receber	21.a	-	13.959
Total		<u>662</u>	<u>19.203</u>

Risco cambial e hedge accounting

A Companhia está exposta ao risco cambial proveniente dos compromissos firmes referentes as aquisições de ativo imobilizado. O risco deriva das oscilações entre o Real (R\$) versus Euro (EUR).

A política de gestão de risco cambial da Companhia é fazer *hedging* de 100% da sua exposição esperada em moeda estrangeira, em relação aos seus compromissos futuros. A Companhia utilizou contratos futuros para se proteger do risco cambial. Os compromissos futuros atrelados à moeda estrangeira tiveram seus vencimentos no ano de 2021.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31/12/2021	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Fluxos de caixa contratuais			
			Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	487	(487)	(487)	-	-	-
Financiamentos	55.790	(83.453)	-	(3.234)	(17.567)	(62.652)
Arrendamentos	1.169	(5.544)	(126)	(252)	(378)	(4.788)
Total	57.446	(89.484)	(613)	(3.486)	(17.945)	(67.440)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Risco de preço na venda de energia

No Ambiente de Contratação Livre - (ACL), a Companhia procura vender gradativamente a energia disponível, com vistas a preços atrativos e à minimização do risco de exposição aos preços de curto prazo *Spot* ou Preço de Liquidação das Diferenças - (PLD). Na parcela dos ativos vinculada ao (ACL), a diferença entre a geração e a venda é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE.

Riscos e taxas de juros

A Companhia entende que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas junto ao Banco Bradesco S.A, com 25% e 50% de aumento do risco

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2021	Cenário provável 31/12/2022	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices IPCA (a)	10,03%	5,03%	5,03%	6,29%	7,55%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2021	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	- 25% Redução	- 50% Redução
Financiamentos	IPCA	(55.790)	(2.806)	(3.508)	(4.209)	(2.105)	(1.403)
Total		<u>(55.790)</u>	<u>(2.806)</u>	<u>(3.508)</u>	<u>(4.209)</u>	<u>(2.105)</u>	<u>(1.403)</u>

(a) Índice de Preço ao Consumidor Amplo – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

23 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Juros capitalizados imobilizado	12	3.232	-
Custo de captação incorrido	12	652	-
Juros sobre passivo de arrendamento	9	66	-
(Aumento) em imobilizado	10	(3.950)	-
(Aumento) em Ativo de direito de uso	9	(488)	-
Adição em provisão para desmobilização	13	488	-
Aumento (redução) em fornecedores	9	(13.959)	13.959
(Aumento) redução em derivativos a receber	21.a	13.959	(13.959)
Juros capitalizados imobilizado	12	-	295
Custo de captação incorrido financiamentos	12	-	13
(Aumento) redução em ativo imobilizado	10	(42)	(308)
Amortização de direito de uso	9	42	-

24 Contingências

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram identificadas contingências passivas com probabilidade de perda provável ou possível, portanto, nenhuma contingência foi reconhecida ou divulgada.

25 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2037
(CUST / CCT) (a)	1.215	1.215	1.215	1.215	13.365
Contratos de (O&M) (b)	1.238	1.456	1.517	1.751	19.261
Total	2.453	2.671	2.732	2.966	32.626

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2022 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2022 (julho/22 a junho/21) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2023 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2021/2022.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção dos aerogeradores.

26 Eventos subsequentes

a) Mudança de regime tributário

Para o exercício de 2022, a Companhia passou a adotar o lucro presumido para a apuração do IRPJ e da CSLL e o regime cumulativo para o PIS e a COFINS.

b) Mudança de Controle

Em 28 de Outubro de 2021, foi celebrado um Contrato de Compra e Venda de Ações, entre a Equatorial Energia, na qualidade de compradora, e Ipiranga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, na qualidade de vendedor, detido por investidores sob a gestão da Actis LLP, onde as partes acordaram, dentre outras matérias, a aquisição de 100% das ações representativas do capital social da Echoenergia Participações S.A.

A transação estava condicionada ao cumprimento de condições precedentes usuais a este tipo de transação, incluindo, entre outras, (a) aprovação do CADE; (b) anuência de credores com relação à troca de controle direto e/ou indireto da Echoenergia e suas subsidiárias, no âmbito dos contratos de financiamento e instrumentos de garantia celebrados pela Sociedade e suas controladas; e (c) aprovação em assembleia geral da Equatorial nos termos do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 03 de março de 2022, com as condições precedentes para a conclusão da operação implementadas, a Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia, tornou-se titular de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Echoenergia, pagando o valor total de R\$7.034.084, assumindo assim o controle da Echoenergia Participações e suas controladas.